

PARECER Nº **938/2019/JULG ASJIN/ASJIN**
 PROCESSO Nº **00068.005034/2016-81**
 INTERESSADO: **AEROSIGMA TÁXI AÉREO E SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS LTDA**

Submeto à apreciação de Vossa Senhoria Proposta de DECISÃO ADMINISTRATIVA DE SEGUNDA INSTÂNCIA, nos termos da minuta anexa.

ANEXO

MARCOS PROCESSUAIS										
NUP	Crédito de Multa (SIGEC)	Auto de Infração (AI)	Data da Infração	Data da Lavratura do AI	Notificação do AI	Defesa do Interessado	Decisão de Primeira Instância (DC1)	Notificação da DC1	Multa aplicada em Primeira Instância	Postagem do Recurso
00068.005034/2016-81	662066173	004642/2016	04/07/2016	11/08/2016	05/09/2016	26/09/2016	21/11/2017	15/12/2017	R\$ 4.000,00	18/12/2017

Infração: Deixar de manter e/ou apresentar escala de serviço para a prestação de serviço dos aeronautas.

Enquadramento: artigo 302 inciso III, alínea "o", da Lei nº 7.565 c/c art. 17 da Lei 7.183/84.

Proponente: Thaís Toledo Alves – SIAPE 1579629 (Portaria Nomeação Membro Julgador ANAC nº 453, de 08/02/2017)

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de recurso interposto por **AEROSIGMA TÁXI AÉREO E SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS LTDA**, em face da Decisão proferida no curso do processo administrativo sancionador, discriminado no quadro acima, que individualiza a materialidade infracional e retrata os marcos relevantes para o trâmite e regularidade processual.

2. Descreve o auto de infração:

Durante Auditoria de acompanhamento de base principal da empresa AEROSIGMA Táxi Aéreo e Serviços Aéreos Especializados Ltda, realizada nos dias 04 e 05 de julho de 2016, não foi possível verificar se a empresa cumpri os prazos para divulgação de escala de serviços previstos na lei 7.183, visto que tais escalas não são emitidas.

3. No Relatório nº 001311/2016 a fiscalização registra:

Não foi possível verificar se a empresa cumpre os prazos para divulgação da escala de serviço previstos na Lei 7.183 (Lei do Aeronauta), visto que nenhuma escala de voo foi apresentada. Portanto julga-se que as escalas não são emitidas.

Consequentemente, observa-se que a empresa operou em desconformidade caracterizado por: Não emitir escala (conforme definido no artigo 17 da lei 7.183, sendo a caputulação da infração caracterizada no artigo 302, inciso III, alínea "o", da lei nº 7.565, de 19/12/1986 - código ementa 03.0007183.0032). Deixar de manter e/ou apresentar escala de serviço para a prestação de serviço dos aeronautas.

4. A Interessada alega, em sede de defesa prévia, que já sanou a irregularidade apontada e requer que exarada apenas uma notificação administrativa por ser a primeira infração imposta.

5. O setor competente em motivada decisão de primeira instância, afastou os argumentos da defesa, confirmou ato infracional e aplicou multa, **no patamar mínimo**, no valor de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)** com espeque no Anexo II da Resolução nº 25 da ANAC, de 25 de abril de 2008, haja vista a ausência de circunstâncias agravantes e a existência de circunstância atenuante prevista no parágrafo primeiro, inciso III do art. 22 da Resolução nº 25/2008.

6. Em grau recursal a Interessada faz referência aos Autos de Infração nºs 004641/2016, 004642/2016, 004643/2016, 004644/2016 e 004657/2016 e alega que por se tratar de uma única ação de fiscalização e de um único CNPJ, as diversas autuações não são permitidas pelo Código Brasileiro de Aeronáutica. Assim, requer, caso não seja provido o recurso, que seja reconhecida as circunstâncias atenuantes.

II - PRELIMINARES

7. Considerando os prazos descritos no quadro acima, acuso regularidade processual nos presentes autos visto que preservados os direitos constitucionais inerentes ao interessado, bem como respeitados os princípios da Administração Pública, em especial a ampla defesa e o contraditório. Julgo o processo apto à decisão de segunda instância administrativa por parte desta ASJIN.

8. Assim, julgo o processo apto à decisão de segunda instância administrativa por parte desta ASJIN.

III - FUNDAMENTAÇÃO

9. Diante da infração do processo administrativo em questão, a autuação foi realizada com fundamento no art. 302, inciso III, alínea "o" a Lei nº 7.565, de 1986 que dispõe o seguinte:

Art. 302. A multa será aplicada pela prática das seguintes infrações:

(...)

III - infrações imputáveis à concessionária ou permissionária de serviços aéreos:

(...)

o) infringir as normas que disciplinam o exercício da profissão de aeronauta ou de aeroviário;

10. E ainda, com interpretação sistemática ao disposto no artigo 17 da Lei n.º 7.183/1.984:

Art. 17 - A determinação para a prestação de serviço dos aeronautas, respeitados os períodos de folgas e repousos regulamentares, será feita:

a) por intermédio de escala especial ou de convocação, para realização de cursos, exames relacionados com o adestramento e verificação de proficiência técnica;

b) por intermédio de escala, no mínimo semanal, divulgada com antecedência mínima de 2 (dois) dias para a primeira semana de cada mês e 7 (sete) dias para as semanas subsequentes, para os vôos de horário, serviços de reserva, sobreaviso e folga; e

c) mediante convocação, por necessidade de serviço.

11. Dessa forma, o fato minuciosamente descrito pela fiscalização se enquadra ao descrito no referido dispositivo.

12. Em suas razões recursais a Recorrente faz referência aos Autos de Infração nºs 004641/2016, 004642/2016, 004643/2016, 004644/2016 e 004657/2016 e alega que por se tratar de uma única ação de fiscalização e de um único CNPJ as diversas autuações não são permitidas pelo Código Brasileiro de Aeronáutica. Contudo, esclareço e demonstro conforme tabela abaixo, que as condutas apuradas nos autos de infração citados pela recorrente são diversas da que foi descrita no Auto de Infração nº **004642/2016** que deu origem a este processo administrativo.

13. Contudo, esclareço e demonstro, conforme tabela abaixo, que as condutas apuradas nos autos de infração citados pela recorrente são diversas da que foi descrita no Auto de Infração nº 004642/2016 que deu origem a este processo administrativo. Assim, não há que se falar em uma única infração.

NUP	AI	Conduta	Enquadramento Legal
00068.005031/2016-48	004641/2016	Mudar o endereço da base principal de operações sem comunicar à ANAC	artigo 302, inciso III, alínea "u" da Lei n.º 7.565/1.986 com interpretação sistemática ao disposto no item 119.47 (b) do RBAC 119.
00068.005039/2016-12	004643/2016	Não arquivar, por um período de 24 (vinte e quatro) meses a papeleta individual de horário de serviço	artigo 302, inciso III alínea "o" da Lei n.º 7.565/1.986 c/c art. 24, §2º da Portaria Interministerial 3016/88
00068.005041/2016-83	004644/2016	Deixar de arquivar registro individual de tripulante por pelo menos 5 anos	artigo 302, inciso III, alínea u da Lei n.º 7.565/86 c/c 135.63 (b) RBAC 135
00068.005120/2016-94	004657/2016	O operador não possui um meio aceitável de controle dos exemplares distribuídos dos manuais da empresa a seus tripulantes	artigo 302, inciso III, alínea u da Lei n.º 7.565/86 c/c 135.21 RBAC 135

14. Ademais, a Recorrente não trouxe em recurso nenhuma argumentação contrária em matéria de mérito quanto ao que foi apurado pela Fiscalização. Não havendo argumentação com prova em contrário, deve-se prevalecer aquilo que foi apurado pela Fiscalização, pois a autuação do Inspetor de Aviação Civil - INSPAC é ato administrativo que possui em seu favor presunção de legitimidade e cabe ao interessado a demonstração dos fatos que alega, nos termos do art. 36 da Lei 9.784/99.

15. Isso posto, conclui-se que as alegações do interessado não foram eficazes para afastar a aplicação da sanção administrativa. Resta configurada a infração apontada pelo AI.

IV - DA DOSIMETRIA DA SANÇÃO

16. Verificada a regularidade da ação fiscal, há que se averiguar a necessidade de correção do valor da multa aplicada como sanção administrativa ao ato infracional imputado. Embora a Resolução nº 472/2018 tenha revogado a Resolução ANAC nº 25/2008 e IN ANAC nº 08 de 2008, seu artigo 82 estabelece que suas disposições não prejudicam atos já praticados e aplicam-se as normas vigentes à época dos fatos, inclusive no que diz respeito às sanções aplicáveis.

17. Destaca-se que com base no Anexo III da Resolução ANAC nº 25, de 25 de abril de 2008, o valor da multa referente à letra "u" da Tabela III do Anexo II, poderá ser imputado em R\$ 4.000,00 (patamar mínimo), R\$ 7.000,00 (patamar intermediário) ou R\$ 10.000,00 (patamar máximo).

18. Das Circunstâncias Atenuantes

19. Sobre a circunstância atenuante prevista no inciso I do §1º do art. 22 da Resolução Anac nº 25, de 2008 - “o reconhecimento da prática da infração” - não se vislumbra contestação de mérito acerca do cometimento da ocorrência, portanto, entendo cabida a concessão da atenuante.

20. De outro modo, não se vislumbra a possibilidade de aplicação da atenuante prevista no inciso II do §1º do art. 22 da Resolução Anac nº 25, de 2008 - “a adoção voluntária de providências eficazes para evitar ou amenizar as consequências da infração antes de proferida a decisão” - haja vista que o ente regulado não demonstrou, nos autos, ter adotado voluntariamente qualquer providência eficaz para amenizar as consequências da infração. Registre-se que nenhuma medida que configure um dever pode ser fundamento para a aplicação dessa atenuante.

21. Quanto a circunstância atenuante prevista no inciso III do §1º do art. 22 da Resolução ANAC nº 25/2008 - “a inexistência de aplicação de penalidades no último ano” - é necessária pesquisa

para identificar a eventual existência de sanção aplicada em definitivo ao ente regulado no período de um ano .

22. Em pesquisa no Sistema Integrado de Gestão de Créditos – SIGEC dessa Agência (SEI 3567533), ora anexada a essa análise, ficou demonstrado que não há penalidade anteriormente aplicada ao autuado nessa situação. Assim, deve ser considerada essa circunstância atenuante como causa de diminuição do valor da sanção.

23. **Das Circunstâncias Agravantes**

24. Quanto à existência de circunstâncias agravantes, não se vê, nos autos, qualquer elemento que configure as hipóteses previstas no § 2º do artigo 22 da Resolução ANAC nº 25/2008.

25. **Da sanção a ser aplicada em definitivo** - Por tudo o exposto, dada a ausência de circunstâncias atenuantes e agravantes aplicáveis ao caso, entendo que deva ser mantida a sanção aplicada pela primeira instância administrativa, no valor de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)** que é o valor **mínimo** previsto, à época dos fatos, para a hipótese da letra "o" da Tabela III do Anexo II da Resolução ANAC nº 25, de 25 de abril de 2008.

V - **CONCLUSÃO**

26. Ante o exposto, sugiro **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso, MANTENDO a multa aplicada pela autoridade competente da primeira instância administrativa no valor de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)** em desfavor da **AEROSIGMA TÁXI AÉREO E SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS LTDA**, por deixar de manter e/ou apresentar escala de serviço dos aeronautas, em afronta ao artigo 302, inciso III, alínea "o", da Lei nº 7.565 c/c art. 17 da Lei nº 7.183/1.984.

27. É o Parecer e Proposta de Decisão.



Documento assinado eletronicamente por **Thais Toledo Alves, Analista Administrativo**, em 10/10/2019, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sistemas.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **3243924** e o código CRC **9379C348**.

 SIGEC :: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE CRÉDITOS	Atalhos do Sistema: Menu Principal	User: Thais.Alves
<input type="button" value="Dados da consulta"/> <input type="button" value="Consulta"/>		

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: AEROSIGMA TAXI AEREO E SERVICOS AEREOS ESPECIALIZADOS LTDA

Nº ANAC: 30007321872

CNPJ/CPF: 13038273000177

 CADIN: Sim

Div. Ativa: Não

 UF: PR

Receita	NºProcesso	Processo SEI	Data Vencimento	Data Infração	Valor Original	Tipo Usuário:	Integral	Valor Pago	Valor Utilizado	Chave	Situação	Valor Débito (R\$)
2081	653310168	00058064211201419	19/01/2019	20/02/2013	R\$ 4 000,00			0,00	0,00		DA	5 001,03
2081	653311166	00058064211201419	19/01/2019	28/02/2013	R\$ 4 000,00			0,00	0,00		DA	5 001,03
2081	653312164	00058064211201419	19/01/2019	29/04/2013	R\$ 4 000,00			0,00	0,00		DA	5 001,03
2081	653313162	00058064211201419	19/01/2019	14/05/2013	R\$ 4 000,00			0,00	0,00		DA	5 001,03
2081	653314160	00058064211201419	19/01/2019	17/05/2013	R\$ 4 000,00			0,00	0,00		DA	5 001,03
2081	653315169	00058064211201419	19/01/2019	13/09/2013	R\$ 4 000,00			0,00	0,00		DA	5 001,03
2081	653316167	00058064211201419	19/01/2019	18/12/2013	R\$ 4 000,00			0,00	0,00		DA	5 001,03
2081	653317165	00058064211201419	19/01/2019	18/12/2013	R\$ 4 000,00			0,00	0,00		DA	5 001,03
2081	653318163	00058064211201419	19/01/2019	27/12/2013	R\$ 4 000,00			0,00	0,00		DA	5 001,03
2081	653319161	00058064211201419	19/01/2019	27/12/2013	R\$ 4 000,00			0,00	0,00		DA	5 001,03
2081	653320165	00058064211201419	19/01/2019	21/02/2014	R\$ 4 000,00			0,00	0,00		DA	5 001,03
2081	653321163	00058064211201419	19/01/2019	09/05/2014	R\$ 4 000,00			0,00	0,00		DA	5 001,03
2081	653322161	00058064211201419	19/01/2019	22/05/2014	R\$ 4 000,00			0,00	0,00		DA	5 001,03
2081	653506162	00058064207201451	20/02/2018	21/02/2014	R\$ 8 000,00			0,00	0,00		RE2	0,00
2081	656891162	00068003930201444	26/10/2018	15/12/2013	R\$ 4 000,00			0,00	0,00		PU2	5 062,23
2081	656892160	00068003933201488	26/10/2018	15/12/2013	R\$ 4 000,00			0,00	0,00		DA	5 062,23
2081	656893169	00068003936201411	26/10/2018	15/12/2013	R\$ 4 000,00			0,00	0,00		PU2	5 062,23
2081	656894167	00068003950201415	26/10/2018	15/12/2013	R\$ 4 000,00			0,00	0,00		PU2	5 062,23
2081	656895165	00068003957201437	26/10/2018	15/12/2013	R\$ 4 000,00			0,00	0,00		PU2	5 062,23
2081	656896163	00068003965201483	26/10/2018	15/12/2013	R\$ 4 000,00			0,00	0,00		PU2	5 062,23
2081	656897161	00068003967201472	26/10/2018	15/12/2013	R\$ 4 000,00			0,00	0,00		PU2	5 062,23
2081	656898160	00068003969201461	26/10/2018	15/12/2013	R\$ 4 000,00			0,00	0,00		CP CD	5 062,23
2081	657800164	00068005961201430	02/12/2016	23/09/2014	R\$ 2 000,00			0,00	0,00		DA	2 826,97
2081	659883178	00058.064209/2014	26/06/2017	23/07/2014	R\$ 8 000,00			0,00	0,00		DA	10 864,71
2081	661947179	00068005039201612	01/01/2018		R\$ 4 000,00			0,00	0,00		DA	5 249,55
2081	662066173	00068005034201681	19/01/2018	04/07/2016	R\$ 4 000,00			0,00	0,00		RE2	5 249,55
2081	662069178	00068005031201648	18/10/2019		R\$ 4 000,00			0,00	0,00		PU2	4 000,00
2081	662070171	00068005041201683	19/01/2018		R\$ 4 000,00			0,00	0,00		RE2	5 249,55
2081	662072178	00068005120201694	19/01/2018	04/07/2016	R\$ 4 000,00			0,00	0,00		RE2	5 249,55
2081	663920188	00068501155201731	08/06/2018		R\$ 128 000,00			0,00	0,00		RE2	0,00
2081	663921186	00068501152201705	08/06/2018	24/02/2015	R\$ 196 000,00			0,00	0,00		RE2	0,00
2081	663925189	00068501124201780	08/06/2018	13/11/2013	R\$ 4 000,00			0,00	0,00		RE2	5 147,15
2081	663926187	00068501146201740	08/06/2018		R\$ 196 000,00			0,00	0,00		RE2	252 210,82
2081	663927185	00068501131201781	08/06/2018		R\$ 196 000,00			0,00	0,00		RE2	252 210,82
2081	663970184	00068501149201783	11/06/2018		R\$ 200 000,00			0,00	0,00		RE2	257 357,98

Total devido em 02/10/2019 (em reais): 911 127,88

Legenda do Campo Situação

AD3 - RECURSO ADMITIDO EM 3ª INSTÂNCIA	PG - QUITADO
AD3N - RECURSO ADMITIDO EM 3ª INSTÂNCIA SEM EFEITO SUSPENSIVO	PGDJ - QUITADO DEPÓSITO JUDICIAL CONVERTIDO EM RE
CA - CANCELADO	PP - PARCELADO PELA PROCURADORIA
CAN - CANCELADO	PU - PUNIDO
CD - CADIN	PU1 - PUNIDO 1ª INSTÂNCIA
CP - CRÉDITO À PROCURADORIA	PU2 - PUNIDO 2ª INSTÂNCIA
DA - DÍVIDA ATIVA	PU3 - PUNIDO 3ª INSTÂNCIA
DC1 - DECIDIDO EM 1ª INSTÂNCIA, MAS AINDA AGUARDANDO CIÊNCIA	RAN - PROCESSO EM REVISÃO POR INICIATIVA DA ANAC
DC2 - DECIDIDO EM 2ª INSTÂNCIA, MAS AGUARDANDO CIÊNCIA	RANS - PROCESSO EM REVISÃO POR INICIATIVA DA ANAC :
DC3 - DECIDIDO EM 3ª INSTÂNCIA, MAS AGUARDANDO CIÊNCIA	RE - RECURSO
DG2 - DILIGÊNCIAS POR INICIATIVA DA 2ª INSTÂNCIA	RE2 - RECURSO DE 2ª INSTÂNCIA
DG3 - DILIGÊNCIAS POR INICIATIVA DA 3ª INSTÂNCIA	RE2N - RECURSO DE 2ª INSTÂNCIA SEM EFEITO SUSPENSIV
EF - EXECUÇÃO FISCAL	RE3 - RECURSO DE 3ª INSTÂNCIA
GDE - GARANTIA DA EXECUÇÃO POR DEPÓSITO JUDICIAL	RE3N - RECURSO DE 3ª INSTÂNCIA SEM EFEITO SUSPENSIV
GPE - GARANTIA DA EXECUÇÃO POR PENHORA REGULAR E SUFICIENTE	REN - RECURSO SEM EFEITO SUSPENSIVO
IN3 - RECURSO NÃO FOI ADMITIDO A 3ª INSTÂNCIA	RS - RECURSO SUPERIOR
INR - REVISÃO A PEDIDO OU POR INICIATIVA DA ANAC NÃO FOI ADMITIDA	RSN - RECURSO SUPERIOR SEM EFEITO SUSPENSIVO
IT2 - PUNIDO PQ RECURSO EM 2ª FOI INTEMPESTIVO	RVS - PROCESSO EM REVISÃO POR INICIATIVA DO INTERE
IT3 - PUNIDO PQ RECURSO EM 3ª INSTÂNCIA FOI INTEMPESTIVO	RVSN - PROCESSO EM REVISÃO POR INICIATIVA DO INTER
ITD - RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA INTEMPESTIVO, MAS AINDA AGUARDANDO CIÊNCIA DO INFRATOR	RVT - REVISTO
ITDN - RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA INTEMPESTIVO, MAS AINDA AGUARDANDO CIÊNCIA DO INFRATOR, SEM EFEITO SUSPENSIVO	SDE - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE POR DEPÓSITO JUDICI
ITT - RECURSO EM 3ª INSTÂNCIA INTEMPESTIVO, MAS AINDA AGUARDANDO CIÊNCIA DO INFRATOR	SDJ - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE POR DECISÃO JUDICI
PC - PARCELADO	

Registro 1 até 35 de 35 registros

Página: [1] [\[Ir\]](#) [\[Reg\]](#)

<input type="button" value="Tela Inicial"/>	<input type="button" value="Imprimir"/>	<input type="button" value="Exportar Excel"/>
---	---	---



AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
JULGAMENTO ASJIN - JULG ASJIN

DECISÃO MONOCRÁTICA DE 2^a INSTÂNCIA N° 1428/2019

PROCESSO N° 00068.005034/2016-81

INTERESSADO: Aerosigma Táxi Aéreo e Serviços Aéreos Especializados LTDA

1. Recurso conhecido e **recebido em seu efeito suspensivo** vez que apresentado na vigência do art. 16 da Res. ANAC 25/2008.

2. Analisados todos os elementos constantes dos autos, em especial manifestações do interessado. Foi dada ampla oportunidade de manifestação no feito, respeitados prazos e dialética processual, de modo que preservados ampla defesa e contraditório inerentes ao certame.

3. De acordo com a proposta de decisão (SEI 3243924), ratifico na integralidade os entendimentos da análise referenciada, adotando-os como meus e tornando-os parte integrante desta decisão, com respaldo nos termos do artigo 50, §1º da Lei nº 9.784/1999.

4. Dosimetria adequada para o caso.

5. Consideradas as atribuições a mim conferidas pela Portaria nº 3.059, de 30 de setembro de 2019 e Portaria nº 2.829, de 20 de outubro de 2016 e com lastro no art. 42, inciso I da Resolução ANAC nº 472, de 2018 e competências ditadas pelo art. 30 do Regimento Interno da ANAC, Resolução nº 381/2016, **DECIDO:**

- **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso, **MANTENDO** a multa aplicada pela autoridade competente da primeira instância administrativa no valor de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**, que é o **valor mínimo**, em desfavor da **AEROSIGMA TÁXI AÉREO E SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS LTDA**, por deixar de manter e/ou apresentar escala de serviço dos aeronautas, em afronta ao artigo 302, inciso III, alínea "o", da Lei nº 7.565 c/c art. 17 da Lei nº 7.183/1.984.

6. À Secretaria.

7. Publique-se.

8. Notifique-se.

Bruno Kruchak Barros

SIAPE 1629380

Presidente da Turma Recursal – BSB



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Kruchak Barros, Presidente de Turma**, em 14/10/2019, às 19:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sistemas.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **3600699** e o código CRC **644283F4**.